

Mulheres indígenas na América Latina Colonial

SUELEN SIQUEIRA JULIO*

Introdução:

Neste artigo ofereço um panorama sobre o significado – ou os múltiplos significados – e as possibilidades do que era ser uma mulher indígena na América Latina colonial. Enfatizo o caso específico da capitania de Goiás entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX, porém faço referências a outros contextos espaço-temporais. Tenho como objetivos examinar de que forma as mulheres indígenas vêm sendo representadas nos trabalhos acadêmicos e fornecer elementos para complexificar o conhecimento sobre a trajetória histórica das índias em contextos coloniais.

Uma abordagem histórica das mulheres indígenas implica evitar estereótipos que marcam certas ideias sobre elas, como seu confinamento num passado remoto de nossa história, no qual teriam sido objetos sexuais, seja por sua sexualidade exacerbada ou por estarem sujeitas a abusos por parte dos europeus. Cada vez fica mais claro na historiografia que essa imagem não corresponde à multiplicidade de papéis que as índias exerceram na América. Para compreendermos a sua história, é preciso levar em consideração os respectivos contextos no qual estavam inseridas, atentando para variáveis como tempo, espaço e relações de gênero. Estas últimas eram indissociáveis do processo de conquista e colonização da América e perpassavam aspectos políticos, sociais e econômicos do estabelecimento da sociedade colonial. Entendemos assim que a experiência histórica de mulheres e homens indígenas foi fortemente marcada por seus respectivos gêneros. Cabe lembrar que as concepções da sociedade luso-brasileira sobre as mulheres relacionavam-se intimamente com a tradição europeia de inferiorização do gênero feminino. Assim, sobre as índias pesava um duplo estigma: étnico e de gênero.

Representações tradicionais sobre as índias

Como tem sido observado por vários autores, a escrita sobre a história dos povos indígenas passou por uma série de revisões, assim como a própria historiografia apresentou modificações consideráveis nas últimas décadas. Diversos estudos têm buscado sublinhar a

*Mestra em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Agradeço o financiamento do CNPq durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

historicidade dos índios, superando estereótipos ainda muito fortes – e não apenas no senso comum – que os apresentam como meras vítimas dos processos de colonização. Tais estereótipos incidem com mais força sobre as mulheres indígenas, que continuam objeto de poucos estudos, principalmente historiográficos. Quando me refiro a estereótipos sobre as índias, tenho em mente representações que as associam ao início da colonização, no qual teriam exercido, sobretudo, o papel de procriadoras por serem sexualmente disponíveis ou por sofrerem abusos, como bem exemplifica um trecho escrito de Gilberto Freyre:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2006 [1933]:161)

O trecho localiza-se nas curtas passagens de *Casa-Grande e Senzala* que foram dedicadas à contribuição das índias para a formação da sociedade brasileira. O autor destaca o papel de mães, esposas/concubinas e donas de casa. Em Freyre as índias aparecem como base física da família e como enriquecedoras da cultura material brasileira. O papel de reprodutoras se encaixaria bem a tais mulheres, disponíveis para o sexo com os recém-chegados portugueses. Visão semelhante é apresentada por Alfredo Ellis Jr., em *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-americano*:

Imagine-se o lusitano, ardoroso, descendente do arabo-berber muçulmânico, imigrado solteiro, livre de escrúpulos e de preconceitos, longe do mulhério branco, em meio rude, agreste e licencioso, como deveria ter ele abusado do femeaço indígena, no planalto paulista! (ELLIS JR., 1976 [1934]:15)

Em Ellis Jr., a mulher índia aparece como objeto sexual, progenitora do mameluco, a quem procura exaltar. A obra do paulista é discutida em artigo de John Monteiro, que explica o contexto do autor, apontando que “Ellis esforçou-se para mostrar as bases científicas e históricas da especificidade do caráter paulista, que fundamentavam seu papel de liderança econômica na República e justificavam seus anseios autonomistas”. (MONTEIRO, 1994:80) A especificidade paulista seria justamente a mestiçagem não com os africanos, mas com os indígenas – mais precisamente com as indígenas, entre as quais os paulistas teriam escolhido

as mais formosas, obtendo delas uma prole “eugênica”, marcada pela longevidade, “varonilidade” e grandeza de feitos.

A ênfase nos aspectos sexual e reprodutor expressa mais o que a sociedade colonial e patriarcal esperava dessas mulheres do que o papel que elas exerceram. Tal ênfase não aparece apenas em trabalhos datados como os de Freyre (1933) e Ellis Jr. (1944), mas também em trabalhos atuais como o de Marina Basso Lacerda (2010). Esta procura investigar os elementos do colonialismo brasileiro que, a seu ver, ainda estão presentes em nossas instituições políticas e a relação destes elementos com a opressão patriarcal e colonial da mulher. Ao discutir “as diversas inserções da mulher indígena” reproduz os mencionados estereótipos sem críticas:

Como se vê, foram múltiplos os papéis da mulher indígena. Abusadas sexualmente, exploradas como escravas, dotadas do nobre papel de mães de famílias de filhos considerados legítimos e ilegítimos. Trabalhavam na roça e com os cuidados da casa e da família, donde provavelmente herdamos nossos mais fortes hábitos de higiene. Foram, também, junto com seu povo, vítimas do extermínio quando este foi conveniente. Geraram, em seus ventres os primeiros mestiços brasileiros. (LACERDA, 2010:44)

A despeito da permanência desses estereótipos dentro e fora da academia, diversas pesquisas, sobretudo aquelas ligadas à história das mulheres e das relações de gênero, têm contribuído para que tenhamos uma imagem mais complexa das experiências históricas das mulheres em geral e das indígenas em particular. Neste artigo tal complexificação será feita através do caso da capitania de Goiás.

Novos olhares sobre as mulheres indígenas

A capitania de Goiás oferece diversos elementos para que possamos lançar olhares mais complexos sobre a trajetória histórica das mulheres indígenas. A região do Brasil Central começou a ser colonizada pelos portugueses tardiamente em relação a outras áreas, especialmente as litorâneas. Sendo assim, na segunda metade do século XVIII e na primeira do XIX, Goiás constituía uma região de fronteira, no sentido de que ali a sociedade colonial não estava plenamente estabelecida, existindo núcleos de povoamento descontínuo, cercados por grupos indígenas não submetidos. Embora a Coroa insistisse numa política de “bom

tratamento” – ou seja, de atração desses povos através da oferta de presentes e de promessas de “paz” – localmente os colonos continuavam enviando bandeiras contra os índios, buscando eliminá-los ou utilizá-los como mão de obra escrava. (KARASCH, 2006 [1992])

Os enfrentamentos armados com os povos indígenas não satisfaziam os objetivos da Coroa, de colonizar a terra e incrementar os rendimentos da capitania, num momento em que a mineração estava em franca decadência. A colonização de Goiás e a expansão da agricultura e da pecuária dependiam da atração dos índios enquanto vassalos e mão de obra. Assim, sobretudo a partir da década de 1770, os governadores de Goiás se empenharam em atrair os povos indígenas e reuni-los em aldeamentos – o que não significa que ações violentas contra os índios deixaram de existir.

As ditas “negociações” com os nativos contavam com a presença das mulheres. Longe de representarem apenas um meio de reprodução, diversas índias exerceram funções políticas importantes na capitania – mais tarde, província – de Goiás. Os relatos de cronistas e a documentação produzida pelas autoridades de Goiás trazem informações sobre a atuação de índias intérpretes, ou seja, que exerciam um papel então fundamental na comunicação entre as autoridades e os índios.

Quando José de Almeida Vasconcelos, governador de Goiás entre 1772 e 1778, enviou uma expedição para atrair os carajás, em 1775, um dos componentes do grupo era uma índia intérprete, chamada Xuanam-Piá. Anos mais tarde, em 1780, a expedição enviada pelo governador D. Luís da Cunha, que iniciou as “negociações” que culminaram no estabelecimento dos caiapós em aldeamentos, também contava com duas caiapós intérpretes. As índias, que outrora eram tratadas como escravas no aldeamento de São José de Mossâmedes, haviam sido libertas do cativeiro ilegal por ordem de D. Luís. Agora batizadas, casadas e vestidas, acompanharam o chefe da expedição, em busca de convencer os caiapós a serem aldeados.

O século XIX seguiu registrando casos dessas intérpretes. Em 1813, no governo de Fernando Delgado, quando, segundo as fontes, se procurava conter os ataques coligados dos xerentes, xavantes e carajás, mais uma vez a intérprete foi uma mulher, uma índia xacriabá. O episódio é narrado de forma dramática pelo cronista José Martins de Alencastre e revela o quanto a expansão da fronteira colonial não corria de forma solta e inexorável, como certas interpretações nos fizeram crer. Conta ele que, em inícios de 1812, os colonos tentaram estabelecer o presídio de Santa Maria do Araguaia, a fim de proteger a navegação comercial

neste rio. Mais de 80 pessoas permaneceram por um ano no novo presídio. Nada contentes com a invasão dos colonos a seus territórios, três nações indígenas atacaram Santa Maria. Em meio ao confronto que se seguiu, destacou-se um índio que gesticulava para os colonos. A intérprete comunicou ao comandante do presídio que a gesticulação continha ameaças. O comandante então mandou que a índia chamasse os nativos para conversar, o que foi aceito por eles. Prossegue Alencastre:

Approximando-se a intérprete, travou-se entre ella e o cacique cherente um vivo diálogo. Foi então que se soube das causas d'essa alliança, que trazia aos muros do presídio três nações colligadas. Os carajás, habitantes do Araguaya, tinham ido ao Pontal, a quase 80 leguas de distancia, convidar os cherentes a esta guerra, allegando, para justificar a sua necessidade, que os brancos tinham tomado suas terras e os queriam captivar. (ALENCASTRE, 1865:95)

As negociações não terminaram bem para os colonos, que fugiram pelo Araguaia. Segundo Alencastre, das mais de 80 pessoas sobreviveram menos de 25.

A frequência de referências a mulheres atuando na função de intérprete parece se relacionar com o fato de elas, juntamente com as crianças, constituírem a maioria dos cativos de guerra. A presença de mulheres e crianças entre a maioria dos cativos, bem como a recorrência de mulheres intérpretes – que parece ter sido comum em Goiás, mas não em outras áreas do Brasil –, nos dá a dimensão da ferocidade dos conflitos travados naquela região. Os colonizadores se depararam com populações guerreiras, habituadas a se deslocarem constantemente. Nos duros conflitos entre esses povos e os colonizadores, estes amiúde eliminavam quantos homens pudessem, poupando apenas mulheres e crianças. Pela recorrência de índias intérpretes, podemos sugerir que não deviam ser raros os eventos nos quais nem mesmo as crianças do gênero masculino eram poupadas, ficando as meninas e mulheres como botim de guerra.

Um dos mencionados episódios nos quais índias e crianças foram aprisionadas ocorreu em 1756. Depois de mais um confronto com os caiapós em Goiás, o sertanista João Godói Pinto da Silveira – sintomaticamente nomeado capitão-mor da conquista do gentio caiapó – capturou seis mulheres e 25 crianças. O procurador da fazenda concordou com a ação do sertanista, mas advertiu sobre a probabilidade de as crianças serem tratadas como escravas por aqueles que se prontificassem a criá-las, o que iria contra a lei de liberdade dos índios promulgada no ano anterior a essa captura. O procurador da Coroa concordou com tal

advertência e propôs que os colonos encarregados de ficar com as crianças dessem conta delas todos os anos, apresentando-as ao governador para que este soubesse como elas estavam e para que, caso alguma morresse, os privilégios dos criadores fossem retirados. Não é improvável que essas medidas tenham ficado apenas no papel. Infelizmente, nenhum dos dois procuradores disse nada sobre as índias, nem sabemos qual foi o destino final desse grupo capturado. Esse silêncio acerca das índias cativas aponta para o baixo *status* atribuído a essas mulheres. Seu destino não importava nem mesmo no papel.

O fato de que muitos intérpretes em Goiás – fossem mulheres ou homens – eram cativos de guerra nos mostra que, apesar da importância da função que exerciam, não necessariamente essas pessoas tinham uma posição de prestígio. Contudo, algumas mulheres alcançaram sim um lugar de destaque nos aldeamentos de Goiás. Uma delas foi Damiana da Cunha, índia caiapó que, entre 1808 e 1831, atuou como importante figura política em Goiás. Neta de cacique e afilhada do governador Luís da Cunha, Damiana usufruía de uma boa posição tanto na sociedade colonial quanto no seu povo. Foi educada nos códigos da sociedade envolvente, tornando-se fluente no idioma português, sem que isso significasse a perda dos laços com os caiapós de dentro e de fora dos aldeamentos. No início do século XIX, Damiana encabeçou diversas expedições de descimento, passando a exercer uma liderança política no âmbito público, reconhecida enquanto tal por vários agentes coloniais. Essas expedições tinham o objetivo de ir para fora da fronteira colonial, para o chamado sertão, a fim de trazer de lá índios que tivessem fugido dos aldeamentos ou atrair os que não haviam sido ainda contatados. (KARASCH, 1987 [1981]; JULIO, 2015)

A existência de outras mulheres de destaque, como a xavante D. Potência e a índia canoeiro chamada Maria, sugere que em Goiás desenvolveu-se uma cultura política que propiciava chances para que mulheres indígenas alcançassem uma posição de destaque, desde que conseguissem demonstrar habilidade política. D. Potência vivia, na década de 1840, no aldeamento do Carretão, onde estabeleceu contato com o viajante conde de Castelnau. Este notou que o aldeamento não era regido apenas pela autoridade oficial, o capitão-mor, mas também por uma mulher com o sugestivo nome de Potência. (CASTELNAU, 1949)

Sobre Maria, uma índia canoeiro que foi chamada de a “nova Damiana”, temos algumas escassas informações. Única sobrevivente de um ataque brutal dos colonos a uma grande aldeia dos canoeiros, Maria fora criada por não índios desde os dois anos de idade, o

que não a impediu de atuar nas fracassadas tentativas de negociar com os canoeiros em 1829 e 1830. (CARVALHO, 2004)

As informações disponíveis sobre essas e outras índias nos levam a algumas questões: o que significava ser uma mulher indígena na América colonial? Ou melhor, quais os múltiplos significados que acompanharam a trajetória das índias em diferentes tempos e espaços? De que forma essas trajetórias foram retratadas por cronistas e pesquisadores? Iniciemos o desenvolvimento das questões pela capitania de Goiás. Se uma minoria de mulheres indígenas como Damiana podiam eventualmente tornar-se líderes cobertas de reconhecimento e detentoras de um papel de liderança, o mesmo não se aplicava a grande maioria das índias. Sobre como era a vida das índias que viviam fora da sociedade colonial, em seus respectivos povos, pouco sabemos e delas não iremos tratar. As índias serão abordadas em sua relação com a sociedade envolvente.

Figuras como a de Damiana – que “mereceu não só o respeito extraordinário dos índios aldeados e ainda dos selvagens, como a consideração e estima dos presidentes e principais pessoas da província” (SOUSA E SILVA, 1861: 528,529) – não devem nos fazer esquecer o estigma que pesava sobre as índias. Como escreveu Ana María Presta para o caso da região andina no século XVI, as mulheres índias eram vistas pelos colonizadores como um grupo que, por raça e condição de vencidas, estavam isentas de toda honra. (PRESTA, 2006) Tal pensamento facilitava os abusos de toda ordem cometidos contra as índias. Presta escreve que os espanhóis que chegavam à América, fossem eles fidalgos ou homens comuns, consideravam as mulheres nativas como parte do botim da conquista, que podiam ser utilizadas como mão de obra ou concubinas, mesmo contra a vontade delas. Para a autora, algumas abordagens tradicionais mascararam abusos sexuais, explicando as relações com os colonizadores através da liberdade sexual das índias, oposta à repressão vivida pelos peninsulares – podemos localizar Gilberto Freyre em meio a essas interpretações.

O estupro era uma das expressões de gênero da violência conquistadora e estava entre os abusos denunciados por D. Marcos de Noronha, governador de Goiás entre 1749 e 1755. Em 1750, escrevia ao Intendente dos Pilões: “Recomendo ao capitão-mor que tenha um particular cuidado com as índias, caso algum soldado queira violentar alguma, ou usar dela ilicitamente, ainda que não entrevenha o seu consentimento, V. M. dirá ao Alferes que lhe faça o mais severo castigo (...)”. (apud MARCONDES, 2011: 56) Num contexto em que a Coroa insistia numa política de “bom tratamento” para com os índios, o estupro poderia

colocar a perder consideráveis esforços estatais. A prática, porém, se mostrava outra e D. Marcos sabia disso.

Além do estupro, as índias poderiam ser atingidas por outra violência de gênero: as agressões domésticas. A cultura patriarcal vigente na América colonial era indulgente para com maridos que infringiam castigos físicos a suas esposas. Marta Zambrano, em seu trabalho sobre os indígenas de Santa Fé de Bogotá entre a segunda metade do século XVI e a primeira do XVII, escreve que, quando esposos agressores eram processados judicialmente, recorriam a essa cultura. Sua defesa amiúde envolvia a alegação de que agiram com violência por não terem sido obedecidos por “suas” mulheres (ZAMBRANO, 2008). Os casos analisados pela autora não apontam para exceções, mas para o fato de que a violência era um elemento muito presente nas relações conjugais, oficiais ou não.

As mulheres, por sua vez, não ficavam inertes diante das situações de violência doméstica. Analisando diversos aspectos das relações entre mulheres e homens de camadas populares no México de fins do período colonial, Steve Stern escreve que ainda que aquele fosse um mundo anterior ao aparecimento do feminismo, não é possível sustentar a ideia de submissão total das mulheres. Se estas não questionavam os princípios patriarcais da dominação masculina e a subordinação feminina como tais, pressionavam tais princípios, a fim de que, em alguma medida, contemplassem seus interesses. (STERN, 1999)

A análise de Stern desfaz alguns estereótipos sobre o gênero e a violência. Entre as desconstruções que procura realizar está a ideia de que as mulheres mais comumente sujeitas à violência criminal eram as sozinhas e “desencaminhadas”, já que estas não estariam protegidas por patriarcas e por uma rede familiar convencional. Contra tal ideia, surge, na documentação, a realidade de que as mulheres apegadas à família eram tão vulneráveis como suas semelhantes mais solitárias (ou mais autônomas) – e que inclusive foram alvo da violência daqueles patriarcas que deveriam protegê-las.

Ser uma mulher indígena poderia significar viver em uma condição de extrema fragilidade social. Nessa situação encontramos um caso extremo: Joana Baptista. Ela era uma índia órfã que, no ano de 1780, em Belém, vendeu-se como escrava. Barbara Sommer investiga os motivos e o contexto de tal atitude (SOMMER, 2013). Nesse momento, índios, especialmente ex-escravos e seus descendentes, enfrentaram migrações forçadas e a pressão causada pelo aumento da demanda por mão de obra. O governador do Grão-Pará na época, José de Nápoles Telo de Menezes, denunciou as ações de Joanna a seus superiores em Lisboa,

pois suspeitou daquela venda. Poderia estar ocultando “relações indecentes” entre ela e o comprador, o catalão Pedro da Costa. Esse governador enxergava os ex-escravos e outros índios independentes como “desocupados”, cujo trabalho deveria ser revertido para o benefício da colônia e da Coroa. Por isso, colocou muitos deles para trabalhar em situações compulsórias, deslocando centenas, talvez milhares de índios. Para evitar tal destino, alguns voltaram furtivamente para casas particulares ou foram para comunidades de índios fugitivos. Frequentemente as autoridades viam mulheres independentes, vivendo fora da família patriarcal, como vulneráveis e perigosas ao mesmo tempo: no Pará, mesmo as que chefiavam suas casas eram suspeitas de imoralidade e corrupção da sociedade.

As limitadas opções de Joanna contrastam radicalmente com as de Damiana. Para compreender o que levou Joanna Baptista a se vender como escrava, é fundamental entender sua identidade: cafuza, filha de uma índia e um escravo negro, mulher de cerca de 19 anos, órfã, sem vínculos diretos com qualquer comunidade indígena. Diante de tal situação de extrema fragilidade, Joanna buscou a proteção de um amo, ainda que isso significasse a perda da sua liberdade. A situação em que a índia se encontrava era tão perversa e tão pobre em opções que a busca de agenciar seu próprio destino significou tornar-se propriedade de alguém. Numa situação bem mais confortável encontramos Damiana. Apesar de sua situação subalterna enquanto índia e mulher, era neta do cacique, tinha o agora ex-governador de Goiás como seu padrinho, estava ligada à sua comunidade – inclusive nela exercendo um papel influente –, era casada e tinha educação nos moldes dos colonizadores. Suas opções iam bem além das que tinha ao seu alcance a menos afortunada Joanna. O contraste entre as duas mostra como o contexto e a diferença de estatuto social incidiam sobre o significado do que era ser uma mulher indígena na sociedade colonial.

Para além da discussão sobre a exposição da maioria das índias a situações adversas, o contexto de Joanna Baptista mostra uma dimensão da vida dessas mulheres que não pode ser ignorada: seu papel como força de trabalho. Em Goiás, escreve Mary Karasch, muitas índias serviram como domésticas na casa de colonos. Várias delas se tornaram concubinas e há registros de índias que chefiavam sua própria casa, onde moravam com seus filhos e até mesmo com seus escravos. (KARASCH, 1998)

Segundo Susan Socolow, estamos apenas começando a conhecer o papel feminino na economia – como investidoras, consumidoras e força de trabalho. As prescrições segundo as quais as mulheres não deveriam trabalhar fora de casa, sob a pena de terem sua honra

manchada, tinham pouco efeito sobre uma população, sobretudo de cor, que vivia em condições econômicas precárias. Assim, mulheres de cor – indígenas, africanas, mestiças – exerciam diversas atividades dentro e fora do espaço doméstico. Eram artesãs; vendedoras de comida e de bebidas alcoólicas; amas de leite; parteiras; costureiras; prostitutas. (SOCOLOW, 2007 [2000])

A procura de trabalho atraía muitas índias para os centros urbanos, que ofereciam mais oportunidades para as mulheres do que o campo. Pesquisas recentes, sobretudo referentes a diversas regiões da América espanhola, mostram que muitas indígenas deixavam seus *pueblos* em busca de emprego e da possibilidade de conseguir juntar recursos e alcançar uma independência que não tinham nos seus locais de origem. (RODRÍGUEZ, 2006)

Para o caso do sul do Brasil no século XVIII, Elisa Garcia escreve que os núcleos urbanos atraíam índias que fugiam das missões jesuíticas. Muitas delas viam as vilas e cidades como um modo livrar-se do regime de comunidade, onde o trabalho cotidiano das mulheres era bastante pesado, e buscar um futuro mais promissor. Fora das missões poderiam conseguir trabalho ou tornarem-se amantes/esposas de não índios. Não sabemos quantas dessas tiveram sucesso, mas é interessante pensar o que elas buscavam no meio urbano. (GARCIA, 2011). Como escreveu Pablo Rodríguez no trabalho mencionado acima, a dor não esteve ausente das experiências dessas mulheres na cidade, mas foi ali que elas buscaram construir um destino diferente.

Goiás, uma capitania fronteira, em meio a terras sob o controle de diversos povos indígenas, carecia de grandes centros urbanos. Segundo Deusa Maria Boaventura, ao findar o século XVIII, a capitania tinha uma única vila. Assim, Vila Boa, os arraiais e os aldeamentos foram os núcleos da organização territorial de Goiás (BOAVENTURA, 2007). No século XIX, embora novos núcleos urbanos tenham sido fundados e correntes migratórias tenham chegado a Goiás, a região continuava longe de ter núcleos urbanos volumosos. Talvez isso explique a aparente ausência de referências a fugas de indígenas em direção a esses arraiais. Os relatos de fugas de indígenas com os quais pude ter contato apontavam para a volta dos aldeados para o sertão ou para a busca de saber qual caminho tomaram. Isso não quer dizer que as aldeadas não procuraram viver nos arraiais, pois já vimos acima que havia índias trabalhando em casas de colonos, porém carecemos de fontes que nos permita afirmar algo a respeito. O mais provável é que as mulheres indígenas que Mary Karasch encontrou na casa

dos colonos fossem cativas obtidas nos embates contra os índios. Embates que, a despeito das diretrizes governamentais de “bom tratamento”, nunca deixaram de ocorrer.

Vemos que índias de diferentes épocas e regiões da América colonial foram inseridas numa sociedade que esperava delas o papel de mães, esposas, concubinas, donas de casa e força de trabalho – papéis que efetivamente desempenharam. A inserção dessas mulheres numa sociedade patriarcal não raro as colocou em situações de violência física, simbólica e sexual. Porém, uma interpretação que aborde apenas essas situações de fragilidade e de desempenho de papéis vistos como estritamente “femininos” não dá conta da complexidade dos significados do que era ser uma mulher indígena na América Latina colonial e pós colonial. As fontes e as novas pesquisas nos revelam trajetórias de mulheres indígenas que não se encaixam nos estereótipos que a sociedade colonial reservava para o gênero feminino, tais como: reclusão ao lar, submissão, fraqueza.

Considerações finais:

Neste artigo busquei problematizar interpretações sobre as mulheres indígenas que mais refletem os estereótipos de gênero que recaíam sobre elas do que propriamente sua experiência histórica. Tanto em Goiás como em outros contextos da América Latina colonial, fontes e trabalhos acadêmicos apontam para o fato de que abordar as índias apenas enquanto mães, esposas, donas de casa e vítimas é obscurecer a sua historicidade. Se as mulheres indígenas efetivamente exerceram tais papéis e se a condição de gênero acentuou a violência contra elas – jogando-as em situações sociais extremamente frágeis e afastando-as dos espaços formais de poder político – isso não dá conta de toda a complexidade de sua trajetória histórica.

Embora afastadas dos espaços formais de poder, algumas dessas índias alcançaram posições de liderança. Outras procuraram e aproveitaram oportunidades que de alguma forma as fizessem escapar às difíceis condições às quais amiúde as mulheres indígenas eram submetidas. Fosse migrando para as cidades, ou fugindo dos aldeamentos para voltar ao sertão, buscando amasiar-se com não índios, ou mesmo cometendo atos desesperados como a jovem Joanna Baptista que se vendeu como escrava, encontramos as índias no papel que sempre foi seu: o de sujeitos históricos. Nessa busca por melhores condições, algumas foram mais bem sucedidas que outras. Algumas tinham maiores condições de vencer as adversidades

e as restrições impostas ao gênero feminino pela sociedade envolvente. Dessas mulheres, muitas conseguiram angariar bens e chefiar seus lares. Um pouco poucas índias conseguiram inclusive exercer papéis políticos importantes, ainda que informais. Papéis que lhes concederam notoriedade e respeito por parte de homens colocados acima delas pela hierarquização de gênero, social e de cor. A referência a essas índias, digamos, bem sucedidas não se propõe a negar que o processo de colonização envolveu os povos indígenas em situações extremamente dramáticas e violentas. Frequentemente o gênero acentuava a fragilidade social das indígenas integradas a uma sociedade patriarcal. Porém, não podemos ignorar a força e a habilidade empregada por elas quando agiam sobre suas vidas.

Fontes:

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. “Annaes da Província de Goyaz”. *Revista do IHGB* 28 (1865), pp. 92-97.

BERTRAN, Paulo (org.). *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: UCG, UFG; Brasília: Solo Editores, 2 vol., 1996.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. Olivério M. de Oliveira. 2 vols. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

Carta de José Rodrigues Jardim ao Vigário da Aldeia de São José de Mossâmedes. Cidade de Goiás, 10 de janeiro de 1832. *Correspondência da Presidência com Autoridades Eclesiásticas (1820-1840)*, nº 0085, f.45. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, doravante AHEG.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José. Lisboa, 27 de outubro de 1751. AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 492.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a carta do [governador e capitão general de Goiás] conde de São Miguel [D. Alvaro José Xavier Botelho de Tavora]. Lisboa, 5 de fevereiro de 1757. AHU_ACL_CU_008, Cx.14, D.829.

Cópia da carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exm. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sítio onde portou. *RIHGB*, t. VIII, 1846 [1775], pp. 376-390.

Ordem de Miguel Lino de Moraes ao Diretor da Aldeia de São José [Manoel da Cunha]. Cidade de Goiás, 2 de dezembro de 1829. *Secretaria de Governo – Correspondência do Governo Provincial aos Capitães-mores, Comandantes de Distritos e Diretores de Aldeias*, nº 0161, f. 9v. AHEG.

SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. “Biographia: Damiana da Cunha”. *Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil* 24 (1861), pp. 525-538.

Referências Bibliográficas:

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP. São Paulo: 2007.

CARVALHO, Maria Meire de. “Damiana da Cunha: uma capitã-mor nos sertões dos goyazes nos séculos XVIII e XIX”. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 6, jun. 2004, pp. 1111-1124.

ELLIS JR., Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-americano*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (1934), p.15.

FREYRE, Gilberto. “O indígena na formação da família brasileira”. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006 (1933), pp. 156-263.

GARCIA, Elisa Frühauf. “‘Ser índio’ na fronteira: limites e possibilidades, Rio da Prata, c.1750-1800”. *Nuevos Mundo Mundos Nuevos* [online], 2011.

KARASCH, Mary. “Damiana da Cunha: catequista e sertanera (Goiás, séculos XVIII y XIX)”. In: SWEET, David G.; NASH, Gary B. (orgs.). *Lucha por la supervivencia en la América colonial*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987 (1981), pp. 85-97.

_____. “Catequese e Cativo: Política indigenista em Goiás: 1780-1889. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 2006 (1992), pp. 397-412.

_____. “Interethnic Conflict and Resistance on the Brazilian Frontier of Goiás, 1750-1890”. In: GUY, Donna & SHERIDAN, Thomas (eds.). *Contested ground: comparative frontiers on the northern and southern edges of the Spanish Empire*. Tucson, AZ: University of Arizona Press, 1998. pp. 115-134.

JULIO, Suelen Siqueira. *Damiana da Cunha: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c.1780-1831)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

LACERDA, Marina Basso. “As mulheres no Brasil Colonial”. *Colonização dos corpos: Ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

MARCONDES, Javã Isvi Pinheiro. *O problema da defesa do território na capitania de Goiás no século XVIII*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2011.

MONTEIRO, John M. “Caçando com Gato: Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr.”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.38, 1994, p.80.

PRESTA, Ana María. “Indígenas, españoles y mestizaje en la región andina”. In: Morant, Isabel (dir.). *Historia de las mujeres en España y América Latina*. Vol. II: *El mundo moderno*. Madrid: Cátedra, 2006, pp. 555-581.

RODRÍGUEZ, Pablo. “Testamentos de indígenas americanos, siglos XVI-XVII”. *Revista de História* 154 (1º - 2006), pp.15-35.

SCOTT, Joan Wallach. “Prefácio a Gender and Politics of History”. *Cadernos Pagu* (3), 1994, pp.11-27. Ver também, da mesma autora: El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México:Editorial Porrúa y PUEG, 1996, pp.265-302.

SOCOLOW, Susan Migden. *The Women of Colonial Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2007 (2000).

SOMMER, Barbara A. “Why Joanna Baptista Sold Herself into Slavery: Indian Women in Portuguese Amazonia, 1755-1798”. *Slavery & Abolition*, v.34, n.1, pp.77-97, 2013.

STERN, Steve. *La historia secreta del género. Mujeres, hombres y poder en las postrimerías del periodo colonial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

ZAMBRANO ESCOVAR, Marta. *Trabajadores, villanos y amantes: encuentros entre indígenas y españoles en la ciudad letrada. Santa Fe de Bogotá (1550-1650)*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2008.